



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/RJ

ESTUDO PRELIMINAR Nº 20386681-GTED/SR/PF/RJ
(EM CONFORMIDADE COM O ANEXO III DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 05/2017 -
SEGES/MPDG, DE 26 DE MAIO DE 2017)

Processo nº 08455.020881/2021-81

1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente estudo tem por objetivo atender ao disposto no Art. 20 da IN 05/2017-MPDG, consistindo na análise da viabilidade e no levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor Termo de Referência ou Projeto Básico, de forma que melhor atenda às necessidades da Administração, de forma a viabilizar a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA AS INSTALAÇÕES DOS SISTEMAS DE EXAUSTÃO E AUTOMAÇÃO, INCLUSIVE COMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GÁS ENCANADO, DAS COPAS E RESTAURANTE DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SR/PF/RJ.

2. NORMATIVOS DISCIPLINADORES

- Lei nº 8.666, de 21 de junho de 2003: regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.
- Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966: regula o exercício das profissões de engenheiro, arquiteto e engenheiro agrônomo, e dá outras providências.
- Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977: institui a “Anotação de Responsabilidade Técnica” na prestação de serviços de engenharia, arquitetura e agronomia; autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea), de uma mútua de assistência profissional e dá outras providências.
- Lei nº 4.150, de 21 de novembro de 1962: Institui o regime obrigatório de preparo e observância das normas técnicas nos contratos de obras e compras do serviço público de execução direta, concedida, autárquica ou de economia mista, através da Associação Brasileira de Normas Técnicas e dá outras providências.
- Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000: Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
- Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001: dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real e dá outras providências. Dispõe sobre correção monetária ou reajuste por índices de preços gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos de produção ou dos insumos utilizados nos contratos de prazo de duração igual ou superior a um ano.
- Lei nº 10.295, de 17 de outubro de 2001: Dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia e dá outras providências.
- Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002: institui o Código Civil Brasileiro.
- Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010: regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo; cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e

Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal - CAUs; e dá outras providências.

- Decreto nº 5525, de 23 de junho de 1972: Aprova o Regulamento para as Instalações Prediais de Gás no Estado da Guanabara e dá outras providências.
- Decreto Estadual nº 616, de 25 de fevereiro de 1976: Aprova o Regulamento para as Instalações Prediais de Gás no Estado do Rio de Janeiro, a cargo da Companhia Estadual de Gás do Rio de Janeiro - CEG.
- Decreto nº 10.892, de 22 de dezembro de 1987: Aprova o Regulamentos para a Instalações Prediais no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.
- Decreto nº 23.317, de 10 de julho de 1997: Aprova o regulamento aplicável às instalações prediais de gás canalizado e a medição e faturamento dos serviços de gás canalizado.
- Decreto nº 92.100, de 10 de dezembro de 1985: estabelece as condições básicas para a construção, conservação e demolição de edifícios públicos a cargo dos órgãos e entidades integrantes do sistema de serviços gerais (Sisg) e dá outras providências.
- Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013: Estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências.
- Portaria nº 2.296 do Ministério da Administração e Reforma do Estado, de 23 de julho de 1997: estabelece as práticas de projeto, construção e manutenção de edifícios públicos federais, a cargo dos órgãos e entidades integrantes do sistema de serviços gerais (Sisg), com exigências mínimas de aceitabilidade.
- Decisão normativa nº 064 do Confea, de 30 de abril de 1999: dispõe sobre o registro de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) pertinente aos trabalhos que abrangem as jurisdições de diversos CREA's.
- Decisão normativa nº 069 do Confea, de 23 de março de 2001: dispõe sobre a aplicação de penalidades aos profissionais por imperícia, imprudência e negligência e dá outras providências.
- Resolução nº 425 do Confea, dispõe sobre a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e dá outras providências.
- Resolução nº 17 do CAU/BR, de 2 de março de 2012: Dispõe sobre o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) na prestação de serviços de arquitetura e urbanismo e dá outras providências.
- Resolução nº 21 do CAU/BR, de 5 de abril de 2012: Dispõe sobre as atividades e atribuições profissionais do arquiteto e urbanista e dá outras providências.
- NBR nº 15526, de 15 de abril de 2016: Estabelece os requisitos mínimos exigíveis para o projeto e a execução de redes de distribuição interna para gases combustíveis em instalações residenciais que não excedam a pressão de operação de 150 kPa (1,53 kgf/cm²) e que possam ser abastecidas tanto por canalização de rua (conforme ABNT NBR 12712 e ABNT NBR 14461) como por uma central de gás (conforme ABNT NBR 13523 ou outra norma aplicável), sendo o gás conduzido até os pontos de utilização através de um sistema de tubulações.

3. DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

3.1. A Superintendência Regional do Rio de Janeiro necessita de modernizações em sua infraestrutura com a finalidade primordial de melhorar a eficiência de trabalho de todos os seus usuários e atendimento ao público;

3.2. Por questões de segurança maior a instalação de gás natural nas copas e cozinha de toda Superintendência é tecnicamente comprovado o Sistema menos arriscado em caso de sinistro se comparado a outros sistemas de instalações de gás;

3.3. A lei exige em ambientes coletivos de caráter comercial ou institucional a instalação de gás natural encanado caso seja comprovado a sua necessidade como no caso desta Superintendência da PF;

3.4. A presente demanda foi aprovada no PLANOBO 2019-2020 (vide processo [08200.006101/2019-68](#)) e está prevista no item RJ-1 da Tabela "Pequenas Obras e Serviços de Engenharia" ([16057069](#)).

3.5. Tal instalação fora iniciada através do Processo SEI nº 08455.017754/2020-14 rescindido em 27/08/2021 conforme SEI nº 20135658.

3.6. É necessário, contudo, a complementação do sistema de gás encanado (instalado em quase sua totalidade) bem como as instalações de exaustão e automação (não iniciadas). Observou-se também que o processo anterior não incluiu o Restaurante existente no 4º pavimento da Superintendência, sendo necessário a inclusão de itens anteriormente não existentes, justificando-se assim o aumento dos custos estimados no PLANOB 2019-2020.

4. INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DA POLÍCIA FEDERAL

4.1. A demanda está alinhada com Portaria nº 4.453/2014-DG/PF, de 16 de maio de 2014, publicado no BS nº 093/2014, que aprovou a atualização do Plano Estratégico 2010/2022, enquadrando-se como contratação que objetiva atender à fator crítico de sucesso da organização, assim definido.

"6. FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO

(...)

6.10. Infraestrutura adequada

Dispor de edificações e mobiliário adequados para o desempenho das atividades, de modo a oferecer tratamento equânime aos servidores e exemplar atendimento aos cidadãos."

"9. OBJETIVOS INSTITUCIONAIS E AÇÕES ESTRATÉGICAS

(...)

9.7.1. Ação Estratégica: Gestão de Obras e Infraestrutura

Ampliar suas instalações e modernizar sua infraestrutura, bem como desenvolver, sistematizar e implementar mecanismos de gestão de obras, aprimorando, formalizando e padronizando procedimentos, técnicas e metodologias de controle e fiscalização, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.

9.7.2. Ação Estratégica: Gestão de Contratos

Acompanhar e controlar sistematicamente a execução dos contratos, agindo de forma pró-ativa e preventiva para o pleno cumprimento das cláusulas previstas no instrumento contratual, bem como analisar e verificar a necessidade de ajustes, melhorias e renovações."

5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Natureza da Contratação:

5.1.1. O objeto a ser contratado constitui em serviço de natureza não continuada, sem dedicação exclusiva de mão-de-obra, por tratar-se de prestação de um serviço específico por período predeterminado, que pode ser prorrogado desde que justificadamente pelo prazo necessário à conclusão do objeto.

5.1.2. Em relação a singularidade do serviço, a presente contratação se configura como **serviço não comum de engenharia**, pois se tratam de serviços técnicos especializados exigindo a emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART.

5.2. Duração Inicial do Contrato:

5.2.1. O contrato deverá ter duração inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado de acordo com o § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

5.3. Sustentabilidade:

5.3.1. Ainda, a execução da obra de reforma, além de observar as características e condições do local de execução dos serviços ou obra e seu impacto ambiental, deverá considerar a possibilidade de utilização das seguintes soluções:

- uso de sensores de presença;
- uso exclusivo de lâmpadas LED, fluorescentes compactas ou tubulares de alto rendimento e de luminárias eficientes;
- utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção;
- possibilidade de emprego de materiais, tecnologia e matérias-primas existentes no local para execução, de modo a diminuir os custos de transporte;
- facilidade e economia na execução, conservação e operação, sem prejuízo da durabilidade da obra ou serviço;
- adoção das normas técnicas de saúde e de segurança do trabalho adequadas;
- acessibilidade; e
- economia da manutenção e operacionalização da edificação, redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.

5.3.2. Critérios de Seleção do Fornecedor:

5.3.3. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

5.3.4. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estarão previstos no edital.

5.3.5. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

5.3.5.1. Certidão de Registro da empresa junto ao CREA/CAU;

5.3.5.2. Certidão de Registro do(s) responsável(is) técnico(s) junto ao CREA/CAU;

5.3.5.3. Certidão de Registro da empresa junto a Naturgy (antigas Ceg / Ceg Rio).

6. DA ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

6.1. As quantidades foram apuradas com base no Projeto Executivo de Gás e Exaustão aprovados na CEG SEI nº [21135510](#), complementados pelo Projeto As-Built (SEI nº [19329338](#)) elaborados pela fiscalização em contratação anterior.

6.2. Para a estimativa dos itens de automação, utilizou-se a prévia do projeto de automação (não concluído pela contratada) segundo SEI nº [19398483](#).

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO E SOLUÇÃO A CONTRATAR

7.0.1. A presente contratação visa selecionar pessoa jurídica na área de Engenharia e Arquitetura capaz de executar obra e serviços de engenharia para as instalações dos sistemas de exaustão e automação, inclusive complementação do sistema de gás encanado, das copas e restaurante da SR/PF/RJ, devendo a gestão ser toda da CONTRATADA, de forma a dar cumprimento ao Edital e definições do Projeto Básico, a serem anexados ao corpo deste processo administrativo.

7.0.2. A solução viável para contratação é o **Pregão Eletrônico**, o que permitirá ampla participação de interessados.

7.1. Opta-se pelo regime de execução por preço unitário, tendo em vista tratar-se de obra em edificação existente e operacional, onde pode haver significativa imprecisão de quantitativos.

8. ESTIMATIVA DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS

8.1. Para estimativa de preço, foi elaborado planilha orçamentária, onde foram utilizados, sempre que possível, os preços dos serviços e insumos do sistema SINAPI; e, na falta desses, elaborada composições obtendo a média de preços dos insumos através de pesquisas de mercado.

8.2. **O valor global estimado é de 350.000,00 reais (trezentos e cinquenta mil reais).**

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 9.1. Contratação de empresa para execução de obra e serviços de engenharia para as Instalações dos Sistemas de Exaustão e Automação, inclusive complementação do sistema de gás encanado, das copas e restaurante da Superintendências Regional de Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro - SR/PF/RJ, conforme minudenciado no Projeto Básico e seus anexos;
- 9.2. A solução compreende planilha com aproximadamente 74 itens;
- 9.3. O cronograma físico-financeiro possui duração de 04 (quatro) meses;
- 9.4. A fim de otimizar o andamento da obra, os projetos de exaustão (apenas restaurante) e automação deverão ser elaborados concomitantemente a conclusão das instalações de gás e execução das instalações de exaustão das copas;
- 9.5. Mensalmente deverá ser realizada medição de serviços, computando-se as etapas de projetos concluídas até o último dia do mês de referência;
- 9.6. O recebimento Definitivo será emitido apenas após a entrega formal da documentação final de projeto aprovada pela Contratante, acompanhada dos documentos de responsabilidade técnica, termo de cessão de direitos patrimoniais sobre o projeto; aprovações dos órgãos públicos e concessionárias de serviço público e demais documentos legais cabíveis;
- 9.7. As aprovações dos projetos pelos órgãos públicos e concessionárias de serviços públicos são de responsabilidade da Contratada, exceto pagamentos de taxas, conforme preceitua o inciso VIII do artigo 24 da lei 8666.

10. JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

- 10.1. Cabe aqui a justificativa em relação ao não parcelamento do objeto, visto que a regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, conforme disposto no § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666/1993. No parcelamento é imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU). O órgão licitante poderá dividir a pretensão contratual em itens ou em lotes (grupo de itens), quando técnica e economicamente viável, visando maior competitividade.
- 10.2. No caso em tela, o parcelamento se mostra tecnicamente inviável, pois para o cumprimento eficaz do objeto do contrato, o parcelamento traria descontinuidades perigosas à eficácia na execução do serviço, ou conforme aludido por Fernandes, 2010: “Na comparação parcelamento x solução integrada evidenciada nesse estudo, aduz-se que a sistemática do gerenciamento integrado vem sendo absorvida como a de melhor vantagem, uma vez que além de representar avanço de gestão, controle e redução de gastos, e permitir a unicidade de objeto, suprime problemas de continuidade dos serviços contratados, garantindo-lhes a um só tempo celeridade, harmonia, equilíbrio e revisão dos atos.”. Portanto, para a unicidade do objeto, ou seja, para a perfeita execução da obra, fica impraticável o parcelamento da contratação.
- 10.3. Ainda nesse íterim, buscando soluções que visem a ampliação da concorrência e economicidade do contrato, sem que haja perda da eficiência e unicidade do objeto, a solução alternativa postulada é a subcontratação de parte do objeto, conforme art. 72 da Lei nº 8.666/1993, quando da realização de uma única licitação, com todo o objeto adjudicado a um único licitante, mas havendo permissão para que a licitante vencedora subcontrate uma parte específica (parcelamento material). Assim, parte dos serviços indicados na planilha orçamentária poderão ser objetos de subcontratação.

11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS OU FINANCEIROS DISPONÍVEIS

- 11.1. Os resultados pretendidos com a presente contratação são economicidade, eficácia, eficiência, melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais (minimização de consumo de energia elétrica), propiciando melhoria da qualidade das instalações físicas.

12. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

12.1. Considerando o horário de atendimento ao público das 8:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30, a contratada deverá, obrigatoriamente, programar suas atividades nos horários de atendimento do órgão e verificar junto ao fiscal da licitação, qualquer motivos impeditivos para a execução normal do serviço;

12.2. Para a correta execução do objeto desta contratação, a CONTRATANTE deverá:

12.2.1. Fornecer água e energia elétrica no local para a CONTRATADA;

12.2.2. Permitir que os funcionários da contratada utilizem o sanitário existente no local, caso opte-se pela não locação de barracão de obra para tal finalidade. Neste caso, a limpeza e materiais de consumo dos funcionários da contratada serão de inteira responsabilidade da mesma, não cabendo a contratante fornecer tais insumos. Os funcionários deverão zelar pela limpeza e conservação das unidades da PF utilizadas pelos mesmos sob pena de responsabilização e reparação de eventuais danos;

12.2.3. Remover veículos e equipamentos do local da demolição e no perímetro ao redor a uma distância ideal de 5m;

12.2.4. Permitir livre acesso ao local de execução do objeto nos horários estipulados aos funcionários da contratada autorizados e aprovados mediante normas internas de acesso a locais restritos da PF (investigação social);

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

13.1. Os serviços objeto desta contratação são autônomos e prescindem de contratações correlatas ou interdependentes.

14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

14.1. O presente planejamento foi elaborado em harmonia com a Instrução Normativa nº 05/2017 – SEGES/MPDG, bem como em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades e ao objeto da contratação, bem como o devido atendimento às demandas de negócio formuladas.

14.2. Além disso, os benefícios pretendidos são adequados; os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade; os riscos envolvidos são administráveis e a área requisitante priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos.

14.3. Assim, **declaramos a viabilidade da contratação e recomendamos o serviço proposto.**

15. CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO ACESSO À INFORMAÇÃO

15.1. Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, esta Equipe de Planejamento entende que:

15.2. As informações contidas nos presentes Estudos Preliminares **DEVERÃO ESTAR DISPONÍVEIS** para qualquer interessado, pois não se caracterizam como sigilosas.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

THAIS XAVIER DE OLIVEIRA
Engenheira Civil - GTED/SR/PF/RJ
Gerente de Projeto da EPC



Documento assinado eletronicamente por **Thais Xavier de Oliveira, Engenheiro(a) Civil**, em 22/11/2021, às 14:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=21132260&crc=A6AA9E20.

Código verificador: **21132260** e Código CRC: **A6AA9E20**.

Referência: Processo nº 08455.020881/2021-81

SEI nº 21132260

Criado por [thais.txo](#), versão 15 por [thais.txo](#) em 22/11/2021 14:35:54.